

## 26,05%: Adufrj-SSind fará defesa individual

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind, após reunião com a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), diz que fará defesas individuais de todos os docentes notificados. Neste sentido, reafirma que todos deixem, na sede da Seção Sindical, uma cópia de toda documentação recebida após a intimação movida pela PR-4. A assessoria acrescenta que o prazo para defesa só começa a correr a partir da ciência formal do servidor em relação ao processo administrativo.

## Turbulência

# UFRJ em alta pressão

Depois de dois adiamentos provocados pela crise dos terceirizados, o semestre começa nesta segunda-feira, dia 16, com duas semanas de atraso em relação ao programado pelo calendário acadêmico.

Neste início de semestre, a universidade está sendo chacoalhada pela crise de escassez de recursos repassados pelo governo federal. A comunidade universitária tem reagido à situação com mobilizações (como a dos estudantes na

última sessão do Consuni) e solidariedade (professores e estudantes não voltaram às aulas até ter garantias de pagamento dos terceirizados). **Numa reunião, dia 13, no CCS, Carlos Levi pediu cortes internos.**

Marco Fernandes - 12/03/2015



Diante da ameaça de mudanças num programa de bolsas, os estudantes ocuparam o Consuni.

Terceirizados que lutaram pelo pagamento de salário atrasados, sofrem ameaças de retaliação.

A universidade gasta pelo menos R\$ 85 milhões com principais contratos de terceirizadas

**Alta temperatura.** Dezenas de estudantes ocuparam a sessão do Conselho Universitário diante da ameaça de mudanças na BAP

Páginas 3, 4 e 5

## O preconceito ataca

Estudante da UFRJ, Mirian França narra o drama que viveu no Ceará onde foi presa como principal suspeita do assassinato de uma turista italiana. Organizações de Direitos Humanos denunciaram a prisão abusiva. Já no Rio, ela diz que foi vítima do machismo e do racismo. **Página 6**

Samantha Su - 11/03/2015



## SEGUNDA PÁGINA

# Ministro não vai à reunião

Diretores do Andes-SN são recebidos pelo secretário executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa

## Cid Gomes foi internado em hospital paulista

O ministro da Educação, Cid Gomes, não compareceu à reunião agendada com o Andes-SN no último dia 10. Aos dirigentes sindicais foi informado apenas que ele tinha viajado a São Paulo – naquele mesmo dia, após passar mal, Cid foi internado no Hospital Sírio Libanês, na capital paulista. Os diretores do Sindicato Nacional foram recebidos pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Cláudio Costa, em Brasília (DF).

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, reafirmou a intenção do Sindicato Nacional de retomar as negociações sobre a reestruturação da carreira docente. A base estaria no documento firmado entre o Sindicato Nacional e o MEC, em abril de 2014. Rizzo também destacou a necessidade de debate sobre a pauta de reivindicações da categoria, deliberada em seu último congresso e já protocolada junto ao MEC e o MPOG, em 5 de março. Entre os diversos pontos, há cobrança por: carreira única, imediata realização de concursos públicos, autonomia universitária; paridade e integralidade para os aposentados. Costa disse que há disponi-



Na reunião do último dia 10, em Brasília (DF), dirigentes do Andes-SN cobraram negociação da carreira docente ao secretário executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa (à dir.).

bilidade do MEC em estabelecer uma agenda de reuniões com o Andes-SN, e indicou a possibilidade de um novo encontro para a próxima semana, antecedendo a reunião entre o Ministério do Planejamento e representantes das entidades nacionais dos servidores públicos federais. O secretário ressaltou, no entanto, que as negociações entre o Andes-SN e o MEC só seriam encaminhadas após a nomeação do próximo representante da Secretaria

de Educação Superior (SESu): embora seu nome ainda apareça na página eletrônica do ministério, Paulo Speller não responde mais pelo cargo.

Paulo Rizzo vê de forma diferente: “Na minha avaliação, as definições para o processo de negociação têm que ocorrer pelo ministério independentemente de quem será o próximo secretário”, pontuou.

### Mobilização é necessária

O presidente do Sindicato Nacional considera necessá-

rio que os professores intensifiquem a mobilização nas Instituições Federais de Ensino nas próximas semanas, para pressionar o Ministério da Educação. “Está claro que este não será um processo fácil e qualquer possibilidade de avanço depende da mobilização da categoria, da capacidade de pressão sobre o governo e de diálogo com a opinião pública uma vez que a educação pública está seriamente ameaçada”, afirmou. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

## Ação dos 3,17%: PR-4 vai liberar documentos

Após muitas solicitações, finalmente a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) comprometeu-se a entregar para a Adufrj-SSind, até o próximo dia 20, os documentos necessários ao cálculo do pagamento da ação dos 3,17%. No fim de 2013, a Seção Sindical ganhou esta ação, que reconhece o direito ao reajuste no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2001. Todos os professores que atuaram na UFRJ nesse período, inclusive os não filiados à Adufrj-SSind, receberão os valores corrigidos.

### Histórico

Com a criação do Plano Real, em 1994, a Lei 8.880/94 estabeleceu que os servidores públicos federais teriam toda a inflação reposta do período de julho de 1994 a janeiro de 1995 (25,95%) e que este reajuste seria concedido naquele ano. No entanto, esta reposição não ocorreu de forma integral, restando uma diferença de 3,17% na recomposição dos vencimentos. Depois, o Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão do TRF da 2ª Região que reconheceu o direito de os professores receberem os valores referentes ao índice de 3,17% no período de 19 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2001, com juros e correção monetária.

## Andes-SN divulga isenção da contribuição sindical

Como faz todos os anos, o Andes-SN publicou no Diário Oficial da União um aviso de que as instituições públicas de ensino superior não deverão descontar, dos docentes para o Sindicato Nacional, a parcela da contribuição sindical relativa ao exercício de 2015 e correspondente a um dia de trabalho.

Esta contribuição é amparada pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para todos os assalariados, mesmo para quem não é filiado a nenhum sindicato. Porém, o Andes-SN acredita em um modelo de organização autônomo das Seções Sindicais, financiado pela contribuição espontânea dos professores e, portanto, contrário ao desconto obrigatório da legislação.

No aviso, publicado em 24 de fevereiro, o Andes-SN deixa claro que esta taxa não deverá ser recolhida para nenhum outro sindicato. Mas, se houver o desconto, o valor precisa ser depositado em uma conta indicada pelo Andes-SN para posterior devolução aos professores.

### ■ PÁTRIA EDUCADORA?!

## Reitor Carlos Levi mantém confiança no MEC, mas pede cortes internos à UFRJ

“Situação continua instável”, diz o dirigente, no CCS

Silvana Sá  
silvana@adufrrj.org.br

O Conselho de Centro do CCS reuniu-se extraordinariamente na manhã de 13 de março, com a presença do reitor Carlos Levi, para ouvir explicações sobre a crise fi-

nanceira da universidade e seus reflexos nos serviços terceirizados. O dirigente afirmou ter recebido a informação, na véspera, de que o governo federal, ainda neste mês de março, voltará a repassar o valor normal, correspondente a 1/12 do orçamento planejado para todas as universidades federais — nos dois primeiros meses de 2015, o repasse foi de 1/18: “A situação continua instável, mas melhora, nos dá um pouco mais de fôlego. Isto é um indício de que

há espaço para que as universidades sejam excepcionalizadas em caso de cortes”, comentou.

O reitor, no entanto, garante que o momento ainda é de muitas dificuldades. “Já estamos chegando a meados de março sem a aprovação do orçamento da União. Os 20% do orçamento contingenciados já em 2014 significaram três meses descobertos no ano passado”, segundo ele: “Acabamos deixando de honrar compromissos de outubro, novembro e dezembro. Em

janeiro, esperávamos que pudessemos começar a normalizar os pagamentos, mas, com o contingenciamento, a situação piorou muito”.

Levi pediu o empenho dos conselheiros do CCS para “cortar despesas de onde for possível, para que a universidade tenha condições de se manter ativa”. Outra informação passada pelo reitor foi a de que a administração central trabalha com a expectativa de reduzir o valor dos seus contratos em 25%.

### SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1ª Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2ª Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2ª Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tiragem 4.000 E-mails: adufrrj@adufrrj.org.br e secretaria@adufrrj.org.br Redação: comunica@adufrrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

## UFRJ

# Estudantes ocupam Consuni e revertem corte de bolsas

Reitoria alegou erro administrativo em mudanças restritivas no programa de Bolsas de Acesso e Permanência (BAP). Carlos Levi comprometeu-se a retomar regras anteriores para concessão dos benefícios

**Cotistas seriam prejudicados, afirma DCE**

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

**A** pressão de um plenário lotado de estudantes alterou a pauta da sessão do dia 12 do Conselho Universitário. A mobilização do corpo discente tomou como base uma alteração arbitrária do programa de Bolsas de Acesso e Permanência (BAP) justamente pela superintendência de apoio aos estudantes (SuperEst) — o benefício mensal de R\$ 400, que atende os cotistas durante o primeiro ano letivo, foi convertido em uma parcela no valor de R\$ 800,00 correspondente aos dois primeiros meses; depois, haveria uma concorrência ao benefício para o restante do ano. O reitor Carlos Levi afirmou inicialmente que “não houve corte algum”. Depois, reconheceu a alteração e justificou a mudança de procedimento como “um equívoco administrativo” que seria revertido. A assistência estudantil virou “pauta zero”, disse.

O dirigente observou que a bolsa “será garantida a todos cotistas que se enquadram no perfil socioeconômico definido pelo Ministério da Educação” e “na forma que havia sido praticada”. A resolução aprovada sob pressão dos estudantes veta, ainda, a criação de “critérios adicionais” para concessão do benefício. “A BAP é a única bolsa sem previsão de processo seletivo. O aluno cotista precisa apenas entregar os documentos para ter. Nossa preocupação é que, nesse contexto de recursos insuficientes, parte (dos estudantes) seja excluída dela. Uma universidade que aderiu à política de 50% das vagas para cotas não pode se omitir da responsabilidade”, avaliou Gabryel Henrici (DCE Mário Prata).

O conselheiro Carlos Eduardo Martins (Adjuntos do CFCH) indicou a realização de uma nova sessão em que a administração prestasse contas dos recursos destinados à assistência para 2015: “Em



**Ocupação.** Alertas ao impacto do ajuste fiscal sobre os orçamentos das universidades federais, alunos tomaram as galerias e a antessala do Conselho Universitário para evitar cortes na Assistência

uma situação de corte de 30% do orçamento, é natural que os estudantes tenham motivo para estar descrentes da afirmação de que a assistência estudantil não sofrerá impacto. Ainda mais com o quadro em relação aos terceirizados a que estamos assistindo”.

## Contra o funil

Do movimento de negras e negros da UFRJ, Carolina Amanda criticou o racismo velado na universidade, com o que chamou de “dupla comprovação”. “O aluno cotista já passou pelo processo seletivo do Enem”, sublinhou. “Ele não pode ficar refém de critérios nebulosos. Na UFRJ, pobreza não serve, o estudante precisa ter atestado de miserabilidade para ganhar acesso à mínima assistência”. O lema da manifestação no colegiado foi “Enegrecer a UFRJ com cortes não dá”.

## Sem pegadinhas

“Para nós, estudantes, a decisão é grave em dois sentidos”, interveio Luiza Foltran

## Moção critica cortes e recursos para privadas

Por sugestão do professor Carlos Eduardo Martins (Adjuntos do CFCH), o Consuni aprovou uma moção de repúdio ao contingenciamento de verbas do orçamento de 2014. O documento critica

ainda a destinação de recursos públicos a instituições de ensino privadas, via Prouni (Programa Universidade para Todos) e Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

(também do DCE). “Temos um problema metodológico, pois a mudança na bolsa chegou a ser apresentada pelo Ericksson (Almendra, à época superintendente da SuperEst), mas não foi discutida nem votada. E vai em sentido oposto ao que vínhamos aprovando. E temos um problema político, porque estamos vendo a crise orçamentária recaindo sobre os setores historicamente mais afetados”. A representante estudantil criticou ainda as declarações do reitor à mídia, afirmando que “universidade

está se adaptando aos cortes” de verbas e que “conta com a ajuda do MEC”. “Se estamos hoje aqui é porque o MEC não está ajudando em nada”, disparou.

## Nem um centavo a menos

Outro representante estudantil, Gabriel Ferreira destacou “a luta histórica pela ação afirmativa” no país. E afirmou que, para 2015, o desafio está em “não permitir nenhum corte” para assistência. “Não podemos admitir uma

## Volta precária às aulas

Durante o Consuni, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, expressou preocupação em relação à retomada das aulas no dia 16: “O retorno às atividades segunda-feira está longe de significar normalidade. Voltamos a uma situação de precariedade”. O dirigente também prestou solidariedade aos discentes: “A assistência não pode ser tratada como questão unicamente dos estudantes. Ela afeta toda a universidade”.

política que gasta mais de R\$ 1 milhão por dia em ocupação militar da Maré, mas diz não ter recursos para manter os estudantes na universidade”. “De nada adianta um projeto de expansão, se não é implantado como se deve”, falou ainda Ingri d Figueiredo, conselheira estudantil.

Diante das críticas, Carlos Levi afirmou que, independentemente dos cortes orçamentários, “a assistência estudantil e contratos de terceirizados são prioritários”.

## Para além das bolsas

A mobilização dos estudantes cobrou ainda mil vagas no alojamento estudantil, prometidas para 2016, bandejeões em todos os campi e transporte integrado entre unidades isoladas. A pedido dos estudantes, o reitor assumiu a presidência de uma comissão especial criada no colegiado, de Assistência Estudantil. Ao menos até junho, quando termina seu mandato.

## TERCEIRIZAÇÃO NA UFRJ

# Empresas levam fatia gorda do orçamento da universidade

Somente a parte de vigilância consome mais de R\$ 34 milhões do custeio de funcionamento de aproximadamente R\$ 211 milhões, conforme proposta orçamentária para 2015 enviada ao Consuni ao final do ano passado

São aproximadamente R\$ 85 milhões em 12 meses

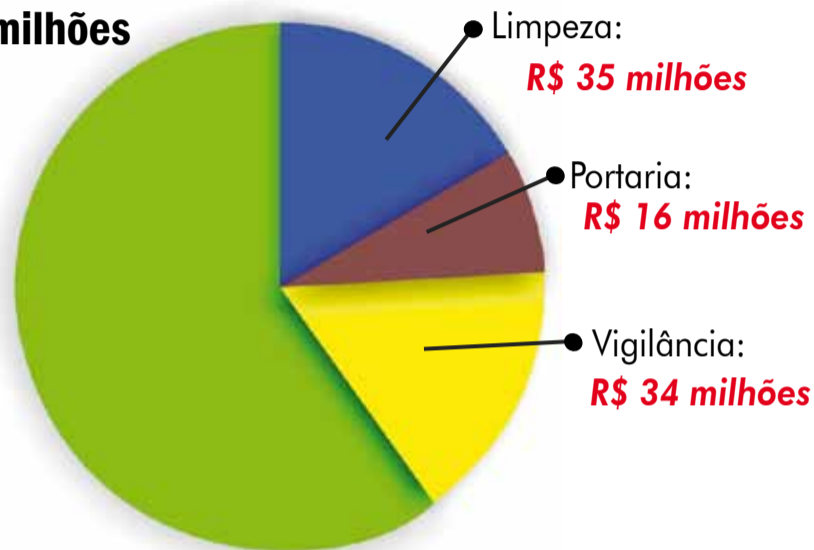
Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

No final de 2014, o professor Carlos Rangel, agora ex-pró-reitor de Planejamento e Finanças (leia mais na página 8), enviou aos representantes do Conselho Universitário a proposta de orçamento para este ano. No documento, a previsão com despesas de custeio era dividida em “funcionamento” (R\$ 211,8 milhões) e “geral (R\$ 109,8 milhões) e, embora sejam registrados gastos com terceirização nas duas partes, é em “funcionamento” que saltam aos olhos os altos valores voltados para serviços como limpeza, vigilância e portaria. Claro que orçamento é apenas autorizativo e a realidade se impõe, em função do que é efetivamente liberado pelo governo (daí a crise que assola a instituição) e dos remanejamentos internos entre uma despesa e outra. Segundo apurado pela reportagem no Portal da Transparência, a UFRJ possui seis contratos ativos com a empresa Qualitécnica. Somados, eles correspondem a R\$ 24.093.063,12. Além desses, a universidade tem, ainda, outros quatro contratos de limpeza com outras firmas, que somam mais de R\$ 11 mi-

## Orçamento de custeio de funcionamento total: R\$ 211,8 milhões

Observação: não constam os custos de terceirizados dos hospitais



lhões. Os contratos são com a Provac Serviços Ltda. (R\$ 3.026.344,56); Limpe Top Serviços Administrativos Ltda. (R\$ 2.391.037,68); Higi Time Serviços Terceirizados - Ltda/Me (R\$ 2.392.945,56); e Tecknocon Comércio e Serviços Técnicos Ltda (R\$ 3.287.965,80). Todos com vigência de um ano, com termos previstos entre maio e agosto deste ano. A universidade arca, portanto, com mais de R\$ 35 milhões em limpeza no prazo de 12 meses. Verba de custeio que acaba sendo utilizada não só para pagar salários, mas também para garantir o lucro das empresas terceirizadas.

No caso de serviços de portaria, a UFRJ arca com mais de R\$ 16 milhões por ano.

A universidade mantém dois contratos com a empresa Projebel Serviços Comércio Ltda. Um para atender à área do Centro de Ciências da Saúde (R\$ 608.290,80) e outro para atender às “dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro” (R\$ 1.961.124,84). Existe um terceiro contrato, com a empresa J.E. Paulino da Costa Indústria, Comércio e Serviços - EPP, no valor de R\$ 4.137.995,52. E outro com a AJCL Serviços e Construções, de R\$ 9.343.207,60. Todos com vigência de um ano.

A vigilância é responsável por levar mais de R\$ 34 milhões anuais. As informações foram encontradas no site da PR-6. Lá, há contratos ativos de “segurança armada e desarmada”. Dois

com a empresa Angel’s Segurança e Vigilância Ltda. Um no valor de R\$ 4.348.049,40 para atuar no campus da Praia Vermelha. Outro, para diversas unidades, no valor de R\$ 8.600.590,68. Com a Trans-Expert Vigilância e Transporte de Valores S.A., para “segurança armada”, o contrato tem valor de R\$ 2.223.597,60. A Front Serviços de Segurança Ltda tem contrato no valor de R\$ 18.877.164,48 para cobrir também diversas unidades da UFRJ. Todos têm vigência de um ano.

Detalhe: no levantamento, não constam todos os custos da terceirização nos hospitais, que possuem uma unidade orçamentária própria, que não pôde ser pesquisada até o fechamento desta edição.

## Perseguição política

A redação do Jornal da Adufrj foi informada de que os trabalhadores da empresa de limpeza Qualitécnica estão sendo transferidos de setor. E que esses remanejamentos começaram após as manifestações que garantiram os pagamentos dos salários de janeiro aos funcionários. Os terceirizados disseram que essas mudanças seriam uma represália à luta política.

Outra denúncia foi que empregados do “alto escalão” da empresa pediram os nomes de todos os envolvidos nos protestos ocorridos na universidade. Além dos nomes, eles também teriam fotos dos terceirizados que participaram de um ato na reitoria. Procurada na sala 209 do Bloco I, onde a empresa mantém um escritório de encarregados, a Qualitécnica negou qualquer perseguição. “Há remanejamentos por conta de um dos contratos que está terminando. Nada tem a ver com represália”, afirmou o gerente Marlon Maciel. Ele também disse que há casos de mudanças solicitadas por fiscais de unidade (servidores da UFRJ em cada local de trabalho). Mas não precisou quem seriam esses fiscais e nem de quais unidades.

## Terceirizados da Qualitécnica foram pagos

Mas, no CFCH, surge crise com outra empresa

Silvana Sá\*

\*colaborou Elisa Monteiro

Pivô na crise do adiamento às aulas, a Qualitécnica pagou os salários, vales-transporte e vales-alimentação dos funcionários relativos ao mês de janeiro, na última semana. E, conforme decisão do Consuni de 5 de março, os valores não poderiam sofrer descontos pelos dias em que os terceirizados, sem dinheiro, não puderam comparecer aos postos de trabalho.

A pró-reitora de Gestão e Governança da UFRJ, Araceli Cristina Ferreira, informou que a Qualitécnica repassou à universidade as folhas de pagamento dos funcionários sem descontos por dias parados, mas não descartou a possibilidade de haver ainda “algum erro”, com descontos indevidos nas folhas. “Em caso de algum trabalhador identificar esse tipo de problema, pedimos que informe à empresa e que também nos informe para, juntos, resolvermos os casos pontuais”.

Araceli disse que ainda não estudou quais sanções a UFRJ poderá aplicar contra a Qualitécnica, por descumprimento de cláusula contratual (a empresa

deveria ter liquidez para pagar três meses de seus funcionários, mesmo sem os repasses da universidade). “Ainda não tivemos tempo de estudar essas medidas, mas é possível que sejam tomadas”. A pró-reitora informou também que o contrato com a empresa vence em maio e que não há interesse em renová-lo. “Se fôssemos abrir um processo de rescisão contratual, demoraria muito, quase o mesmo tempo que levará para o seu fim regular. Além disso, incorreríamos em uma ilegalidade, porque seríamos obrigados a contratar em caráter de urgência, sendo que este tipo de serviço não apresenta o perfil para

dispensar licitação”.

### CFCH em sinal amarelo

Se, nos últimos dias, a solidariedade dos professores, funcionários e estudantes foi fundamental para garantir o pagamento dos salários dos terceirizados da Qualitécnica, o esforço poderá ser novamente necessário com outras empresas.

Na quinta-feira, 12, a decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Lilia Pougy, informou que a empresa Higi Time (que presta serviços de limpeza no campus da Praia Vermelha) parou de realizar as atividades e que, se este quadro permanecesse, não seria possí-

vel receber os alunos no dia 16.

### CPM fechada

Durante reunião emergencial do CFCH no dia do fechamento desta edição (em 13/3), a maioria das unidades informou a regularização dos pagamentos às empresas de prestação de serviços terceirizados. A exceção seria a firma que contrata porteiros para a Escola de Comunicação. Com isso, a Central de Produção Multimídia da unidade permanecerá fechada para evitar furtos de equipamentos. Na Escola de Serviço Social, foi relatada a falta de produtos de limpeza.

## TERCEIRIZAÇÃO NA UFRJ

# Sonhos esvaziados

Programa de alfabetização promovido pela Coppe começa aulas sem os alunos esperados. Com pagamentos atrasados, terceirizados abandonam as classes de 2015

Projeto foi criado em 2005

Elisa Monteiro\*

\*colaborou Silvana Sá

Doze inscritos para o nível Intermediário do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos Coppe/UFRJ, apenas três estão conseguindo frequentar o curso. No Avançado, são duas, de uma turma de sete. O Básico (com sete inscritos) conta apenas com um estudante. O esvaziamento das salas de aulas corresponde à ausência dos terceirizados. Segundo a coordenadora do programa, Fátima Bacelar, o segmento é o principal grupo atendido desde a criação do programa em 2005: “Eles são a maioria”, relatou Fátima, “E não estão frequentando as aulas por razões óbvias: falta de dinheiro para alimentação e transporte (até, pelo menos, o fechamento desta matéria, em 11 de março). Além do psicológico abalado, pois um aluno relatou que não sabe como será sua permanência no projeto, devido a esses problemas”.

Antônia Cleuza, 55, conta que no interior do Ceará, onde nasceu, não encontrou oportunidade de estudo na juventude. Além de distante, a escola exigia um custo de material incompatível com sua realidade familiar. Foi até o quinto ano fundamental. Quando veio adolescente para o subúrbio do Rio de Janeiro (em Bonsucesso), o trabalho foi seu destino. “Eu chegava muito tarde em casa. Não dava para estudar e trabalhar”. Além das diárias em casa de família, a criação das filhas postergou a volta aos estudos. Ano passado, com as moças de 19 e de 12 anos “criadas”, Antônia decidiu que era hora do seu sonho: “Quem sabe concluir ensino médio”. Para quê? Para “ler e escrever” e “se expressar bem”. Funcionária da Qualitécnica, também com salário e benefícios atrasados, Antônia só pode perseverar nas aulas porque mora em favela vizinha à universidade, na Vila dos Pinheiros, Maré. “Eu venho a pé. Quem mora longe não vem”.

## Perdas

A coordenadora do programa de Letramento lamentou a redução de verbas para educação, que, destacou, “atinge a todos os segmentos, desde o ensino básico ao universi-



Elisa Monteiro - 10/03/2015

Professoras e trabalhadores fazem o que podem para que o letramento não seja interrompido

**O projeto**, criado pela Assessoria de Desenvolvimento Social da Coppe em 2005, conta com apoio da Decania do Centro de Tecnologia, da DVST – Divisão de Saúde do Trabalhador, do Grêmio dos Funcionários da Coppe, e do LlpE – Laboratório de Informática para Educação, do Departamento de Engenharia Eletrônica da Escola Politécnica. Devido à parceria com a Politécnica, há ainda momentos de experiência dos alunos no laboratório de informática.

tário”. “No caso da UFRJ, especificamente”, disse ainda, a falta de pagamento ou atrasos salariais dos trabalhadores terceirizados de serviços gerais “reflete-se drasticamente na vida dessas pessoas e nas questões operacionais da universidade, como a limpeza”. “Independentemente de questões orçamentárias e administrativas, pensamos que essa situação é vergonhosa e requer urgência de solução favorável para esses trabalhadores que merecem nosso respeito e ad-

miração”, avaliou.

## Diferencial

Regina Teixeira, 37, também trabalha na limpeza da universidade pela Qualitécnica. E na sua história, a gravidez também foi um obstáculo para os estudos. Com quatro filhos para cuidar, resignou-se por muito tempo ao limite alcançado da quarta série. Regina narra que sempre sentiu dificuldades no aprendizado do português e da matemática. As salas de aulas “sempre cheias” não ajudavam, muito

pelo contrário. Ao fim, abandonou de vez. Uma das razões para ter concluído grande parte do letramento oferecido pela UFRJ é a atenção e paciência das professoras: “Elas são muito calmas. Na escola, não tem isso”, brinca. Assim, afirma, está indo muito bem. Em breve, poderá retomar o estudo formal para “aprender o que não aprendeu” e “evoluir”. Ela consegue frequentar o curso, graças ao dinheiro de férias recebidas, antes dos atuais problemas da empresa.

## Aulas são oferecidas durante o expediente

### Há liberação das chefias imediatas

De acordo com a coordenadora do programa, o curso é realizado integralmente dentro da jornada de trabalho, de segunda a sexta-feira, no período de 15h às 16h30, com a liberação dos alunos pelas chefias imediatas. São

oferecidas aulas de português, matemática entre outros conteúdos por dois anos de estudos, equivalendo ao 2º ano do primeiro segmento do ensino fundamental. “A criação desta iniciativa deve-se ao levantamento estatístico feito, à princípio na Coppe, e, posteriormente, com as demais unidades, apontando para uma demanda considerável de trabalhadores de serviços ge-

rais na condição de analfabetos ou analfabetos funcionais”, explicou Fátima Bacelar.

Segundo a coordenadora do programa, o objetivo é “melhorar o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno, como também habilitá-lo a prosseguir seus estudos com segurança e independência, visando também à aquisição de certificação”.

Colaborou Silvana Sá

## CIÊNCIA

Continua viva a ameaça à pesquisa na Faperj

Deputado desarquiva PL que pode restringir acesso a bolsas

Voltou à tramitação, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o projeto de lei 3.282/2014, de autoria do deputado estadual Edson Albertassi (PMDB). O PL determina critérios para a concessão de bolsas de estudos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). O problema é que, conforme noticiado no **Jornal da Adufrj** nº 876, várias entidades, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Associação Nacional de História, consideram seu conteúdo uma ameaça à liberdade acadêmica.

O projeto de lei, enviado em 12 de dezembro à Comissão de Constituição e Justiça da Alerj, acabou devolvido à Secretaria Geral da Mesa Diretora por definição do regimento interno, para todas as propostas em tramitação, ao fim de uma legislatura. Mas Albertassi desarquivou o PL no dia 27 de fevereiro. O relator, na CCJ, agora será o deputado Domingos Brazão, também do PMDB.

Mas, para além das entidades científicas e sindicais da área da Educação, o PL também vai sofrer oposição dentro da própria Alerj. Para o deputado Flavio Serafini (PSOL), o projeto deve ser visto com bastante preocupação, “pois sua aprovação consolidaria uma concepção tecnicista e utilitarista da pesquisa científica, debilitando sua função social com objetivo de subordiná-la aos interesses administrativos do governo estadual, debilitando sua função social e sua autonomia científica”.

Serafini discute, ainda, as restrições de ordem financeira impostas à pesquisa no Rio: “O que a Faperj precisa, prioritariamente, é de mais recursos, pois neste ano de 2015 seu orçamento é de apenas 0,59%, e deveria ser, no mínimo, de 2% da receita do governo do estado. Além disso o governo já tem instrumentos para estimular a produção científica para áreas que considere importantes, basta lançar editais específicos. Esta proposta, portanto, não tem nenhum cabimento”, afirmou. (Silvana Sá)

## BRASIL

**Apoio de entidades defensoras dos direitos humanos tem sido fundamental**

**Samantha Su**  
Estagiária e Redação

Acusada de um homicídio e presa sem indícios de ter cometido o crime em dezembro, Mirian França, doutoranda do Instituto de Microbiologia da UFRJ, voltou à rotina na universidade no final de fevereiro. Foi a morte da turista italiana Gaia Molinari no dia 24 de dezembro, em Jericoacoara, Ceará, que revirou a vida da estudante.

As duas haviam se conhecido em uma viagem de férias e, na véspera do Natal, a turista acabou mutilada e estrangulada em uma praia. Mirian foi a primeira testemunha a se apresentar à polícia, com endereço fixo e sem antecedentes criminais. Ainda assim, quatro dias após a abertura do inquérito, em 29 de dezembro, foi detida como principal suspeita. Somente após intensas mobilizações para sua soltura, a medida foi revogada em 13 de janeiro. E, em 12 de fevereiro, assinada a liberação para sair daquele estado e voltar ao Rio de Janeiro.

Mesmo após o retorno, o caso ainda repercute na vida da estudante: “Quando eu voltei, passei por um período de não querer vir para a universidade. Estava com vergonha de ter sido presa injustamente e ninguém deve ter vergonha disso. Fazem você se sentir culpada. Principalmente na universidade, onde você espera que as pessoas estejam mais abertas. Não é isso que acontece. As pessoas que me conhecem não acreditam que sou uma assassina, mas acham que eu devo ter aprontado alguma coisa para justificar minha prisão”, conta Mirian. Segundo ela, com medo de andar na rua e traumatizada, a terapia tem sido a rede de apoio com movimentos sociais, criada depois do episódio: “Entendi que as pessoas é que devem sentir vergonha de fazer isso comigo”, justifica.

Alguns desses apoiadores foram o Instituto Negra do Ceará e o Fórum Cearense de Mulheres, que denunciaram à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará o caráter racista e machista da prisão de Mirian. “O meu maior trauma agora é o racismo. Havia muitas pessoas interessadas na minha prisão. Era uma época de férias, muita gente ficou assustada, era preciso dar uma resposta (à sociedade). Eu fui a pessoa perfeita para isso. Era uma mulher negra viajando sozinha. Fui questionada durante toda a investigação e tive realmente de justificar por que estava viajando sozinha, por que não tinha namorado. Eu duvido que teria sido presa, nas mesmas

# Mirian França e as marcas do machismo e do racismo

Presas sem provas pela morte de turista italiana, em dezembro, a estudante volta à UFRJ

Samantha Su - 11/03/2015



**De volta. Após prisão traumática, retorno aos laboratórios da UFRJ**

## Feminicídio reconhecido como crime

O Instituto Negra do Ceará e o Fórum Cearense de Mulheres publicaram, na nota de apoio à estudante, dados com as mais de 265 mulheres assassinadas no Ceará em 2014. Taxa que, em um ano, cresceu 25%. De acordo com as entidades, o assassinato de Gaia Molinari deve ser tipificado como feminicídio: “As marcas de estrangulamento, aviltamento da dignidade, tortura e tratamento cruel, são características comuns adotadas por assassinos de mulheres,” diz a nota. Em 10 de março deste ano, o crime de feminicídio foi reconhecido através da lei nº 13.104 e é descrito como homicídio quando “o crime é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”.

condições, se fosse branca. Eu não via muitas pessoas negras nas ruas do Ceará. Na cadeia, a maioria eram negros. Eu fui a única testemunha presa, fui a primeira pessoa a ser ouvida, fui voluntariamente, colaborei com as investigações e, ainda assim, fui a única a ser presa. Ninguém mais foi exposto”, desabafou a doutoranda.

### A experiência da prisão

Durante o cárcere, apenas duas refeições por dia eram servidas, sem água. França relata ter bebido água de um cano em que tomavam banho. Além disso, apenas uma semana depois, sob a pressão da Rede Nacional de Advogados/as Populares (Renap), foi transferida para uma cela especial: “Eu não estava

acreditando naquilo. Quando entrei na cela com quatorze presas e fecharam a porta, entendi o que era. Tinha muito medo. Só chorava e gritava. Os policiais iam até a cela me perguntar por que não estava ajudando, eles queriam um nome e eu não sabia. Só depois de uma semana, fui transferida para um quarto que não era uma cela especial. Foi algo que eles arranjaram depois da pressão dos Direitos Humanos. Tanto foi assim que outra detenta chegou lá com comprovante de ensino superior e, mesmo assim, foi transferida para a cela comum”, relata.

### Coordenador da pós viajou ao Ceará

O coordenador da pós-graduação da Microbiologia,

Marcelo Bozza, foi até o Ceará durante as investigações interceder pela doutoranda. Ainda assim, Mirian sentiu falta de um apoio mais institucional da universidade: “Foi graças aos movimentos sociais que pressionaram pelos meus direitos que eu saí da cadeia. Se a UFRJ tivesse dado apoio, enquanto instituição, feito um manifesto público, teria sido relevante, porque foram essas questões que me tiraram de lá. Não seria o pedido de um manifesto defendendo a minha inocência, porque eles não poderiam saber o que tinha acontecido, mas defendendo os meus direitos,” lamenta.

### Racismo no Brasil

Agora, após a retomada de sua vida cotidiana, Mirian França pretende lidar com os trau-

mas: “Eu penso o tempo inteiro que o que me tirou da cadeia, frente a uma acusação de homicídio, foi estar fazendo doutorado. Ao mesmo tempo, me lembro de todas aquelas pessoas que vão ficar lá e muitas que também foram presas sem fundamento. Eu achava que o racismo era velado, mas as pessoas ainda são presas porque são negras, são assassinadas porque são negras. Eu esperava, após ver muita gente me apoiando, que todos os meus amigos também me apoiariam e não foi isso que aconteceu. Penso também na própria Gaia, que, apesar de ter conhecido por pouco tempo, foi uma pessoa que passou os últimos momentos de vida comigo e acabou morta de uma forma bárbara,” finaliza.

# PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Samuel Tosta - 09/03/2015

## IMAGEM DA SEMANA



## Classe operária vai ao Tribunal

Trabalhadores ocupam durante nove horas o TRT-RJ e arrancam medida judicial para pagamento de salários

A face crispada revela a angústia de José Ribamar da Silva. Em junho do ano passado, Ribamar, 32 anos, embarcou num ônibus fretado cheio de peões com destino a Itaboraí, região metropolitana do Rio. Traria depois a mulher e os dois filhos pequenos logo que as coisas se ajeitassem. Venceu três mil quilômetros de estrada e quase 60 horas de viagem cheio de esperanças. Deixara a Vila do Funil, periferia miserável de São Luís, capital do Maranhão, atraído por um salário próximo de R\$ 3 mil mais benefícios, para a função de mecânico na empresa Alumini – do pool de

empreiteiras contratadas pela Petrobras para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Na segunda-feira 9, Ribamar era um dos operários do grupo de centenas que ocupou (foto) a sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no Centro da cidade. Os trabalhadores estão há meses sem receber salários e direitos trabalhistas. O objetivo inicial da ocupação era acompanhar a reunião do ministro do Trabalho, Manoel Dias, com representantes da Petrobras e da Alumini. Mas, em seguida, decidiram bloquear

as saídas do TRT até uma decisão que atendesse parte de suas reivindicações. Foram vitoriosos. Um juiz de plantão concedeu liminar que garante o pagamento dos operários e a rescisão dos contratos com a data retroativa a fevereiro, ainda dentro das regras anteriores às MPs do governo que restringem direitos trabalhistas e previdenciários. Na quinta-feira 11, Ribamar retornou a São Luís com mala e mochila e a expectativa de sacar o FGTS e o seguro-desemprego nos próximos dias. Mais de 30 mil trabalhadores do Comperj estão sendo afetados pela crise.

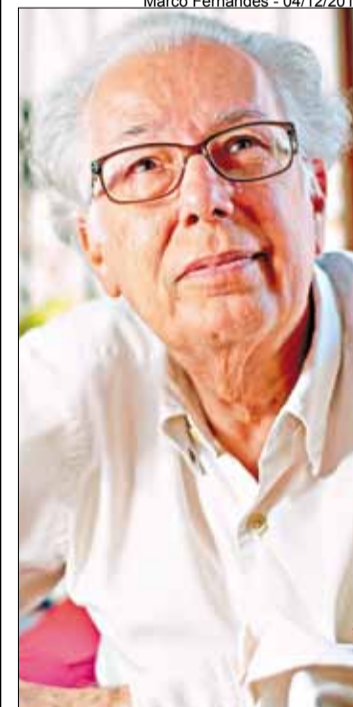
## ARTE

### Leitura Dramatizada

As Terças Culturais da Casa da Leitura apresenta esta semana, na sessão Leituras Dramatizadas, a peça *Jacques e a Revolução* ou *Como o criado aprendeu as lições com Diderot*. O autor do texto é o escritor e ensaísta Ronaldo Lima Lins. Doutor pela Sorbonne, Universidade de Paris III, tem pós-doutorado na *École de Hautes Études en Sciences Sociales* e é Professor Emérito de Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ, instituição que dirigiu por duas vezes. No elenco, dirigido pelo dramaturgo Theotônio de Paiva, estão Abílio Ramos, João Pedro Fagerlande, Katia Lunes, Luiz Washington Freire e Juliana Caetano.

17 de março · Horário: 19h.  
· Entrada Franca · Casa da Leitura – Rua Pereira da Silva, 86 – Laranjeiras  
- Fone: 2557-7437

Marco Fernandes - 04/12/2012



Escritor Ronaldo Lima Lins

## VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



## SUCESSÃO NA UFRJ

# Inscrições de candidaturas ocorrem até este dia 17

Consuni aprova regimento das eleições para a reitoria, adaptando o cronograma ao atraso inicial das aulas

## Consulta à comunidade começa em abril

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

Em votação rápida (durante apenas quinze minutos), o Conselho Universitário do dia 12 aprovou o regimento para as eleições à próxima reitoria da UFRJ (quadriênio 2015-2019). Em resumo, parte inicial do cronograma foi prorrogada para “compensar” a perda dos quinze dias iniciais do período, em função da crise com a prestação de serviço de limpeza em várias unidades.

De acordo com o cronograma, a participação da Comissão

Coordenadora do Processo Sucessório (CCPS) nas reuniões dos Conselhos dos Centros, para pedir apoio à realização do pleito e tirar dúvidas, migrou de 2 a 25 de março para 16 a 25 deste mês. A indicação de presidentes e mesários para as Seções de Pesquisa, pelos dirigentes das unidades, mudou de 9 a 25 de março para 16 a 25 de março. Enquanto a data-limite para as inscrições de candidaturas foi alterada de 13 para este dia 17, com homologação dos nomes pela CCPS no dia 18 (em vez do dia 16 de março).

O período para as campanhas, com debates, no primeiro turno, perdeu dois dias (de 16 de março a 10 de abril para 18 de março até o mesmo dia 10 de abril). O resto do cronograma foi mantido para atender ao limite de 8 de maio como data estipulada para

apresentação do resultado da pesquisa e elaboração das listas tríplices, que serão enviadas ao Ministério da Educação, pelo Colégio Eleitoral.

### Alterações de 2015

As novidades do pleito 2015 são: a obrigatoriedade de “campanha de informação do calendário eleitoral, locais de votação, direito de voto e regra de ponderação para toda a comunidade acadêmica” pela CCPS, a partir de “todos os meios de comunicação institucional”, sendo vedada a utilização dos sistemas eletrônicos de gestão acadêmica para propaganda de chapas. Deverá ser registrada também a tiragem, de forma explícita, em cada material de campanha, como cartazes, panfletos, jornais, banners, faixas e afins. As sugestões foram

apresentadas por Maria Malta (representante dos Adjuntos do CCJE) e a bancada estudantil, respectivamente.

As propostas de apresentação de contas bancárias e projeção prévia de gastos de campanha foram consideradas excessivas e impeditivas. Já a ideia de reproduzir o modelo das eleições gerais, eliminando os votos brancos e nulos da contagem, foi rechaçada. O principal argumento para manutenção do sistema praticado pela universidade, que considera os brancos e nulos na conta, foi a não obrigatoriedade do voto. “É normal eliminar esses votos em uma eleição em que as pessoas são obrigadas a votar. Mas se a pessoa voluntariamente vai até as urnas para manifestar seu voto branco ou nulo isso deve ser respeitado”, disse Gabriel

Zelesco (representante dos pós-graduandos). A pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Débora Foguel, contra-argumentou em favor da proposta inicialmente apresentada por Eleonora Ziller (Adjuntos do CLA), afirmando que a retirada dos votos brancos e nulos no primeiro turno “evitaria um segundo turno desgastante e desnecessário”.

### Pró-reitores deixam cargos

Durante o Consuni do dia 12, foi informado que a pró-reitora de Graduação e o pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Ângela Rocha e Carlos Rangel, desligaram-se da administração. Em seus lugares, assumiram as superintendentes gerais de cada área (Gisele Viana Pires e Regina Célia Alves, respectivamente).

## Adufrj e a história

O movimento de resistência à ditadura se ampliava quando a Associação dos Docentes da UFRJ nasceu, em 1979.

De lá até aqui, muita história foi escrita no país de contradições profundas.

A série **Depoimentos** registra a visão dos fatos históricos do período pelo olhar dos presidentes dos diversos mandatos da Adufrj.\*

**TV ADUFRJ**

apresenta

**Série**  
**DEPOIMENTOS**  
35 anos de história



Todas as **terças e sextas** no **site da Adufrj**, no nosso canal no **Youtube** e nos perfis da Seção Sindical nas **redes sociais**. Nesta terça,

**17 de março, José Simões** (2º mandato). Na sexta, **20 de março, Cláudio Ribeiro**.

\*Hoje chamada Adufrj-SSind, seção sindical dos docentes